



Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na segunda-feira	IBovespa nos últimos dias	Na segunda-feira	Últimos	Comercial, venda na segunda-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,88% São Paulo	188.534 18/2 19/2 20/2 23/2	R\$ 5,168 (- 0,14%)	R\$ 1.621	R\$ 6,095	14,90%	14,76%	Setembro/2025 0,48 Outubro/2025 0,09 Novembro/2025 0,18 Dezembro/2025 0,33 Janeiro/2026 0,33

SISTEMA FINANCEIRO

Crise do Master amplia rombo no FGC

Estimativas apontam que impacto da liquidação no fundo vai além dos R\$ 51,8 bilhões estimados na crise das empresas de Vorcaro

» RAFAELA GONÇALVES

A crise desencadeada pela liquidação extrajudicial de instituições financeiras ligadas ao Banco Master tornou-se um dos maiores testes recentes ao sistema financeiro brasileiro e ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

Com a decisão mais recente do Banco Central de liquidar o Banco Pleno, ligado a um ex-sócio do grupo, o impacto estimado para o FGC supera R\$ 51,8 bilhões — cerca de 32% do patrimônio do fundo, hoje estimado em aproximadamente R\$ 122 bilhões, e valor equivalente a quase metade do lucro combinado dos maiores bancos do país em 2025.

A cifra oficial, porém, pode não refletir o tamanho real da conta. O montante divulgado considera apenas o ressarcimento a depositantes dentro do limite legal de R\$ 250 mil por CPF e não inclui, de forma integral, os empréstimos de assistência de liquidez concedidos pelo FGC às instituições que posteriormente quebraram, valores que não são detalhados publicamente por regra regulatória.

Na prática, o Fundo Garantidor enfrenta um duplo impacto: arca com o pagamento das garantias aos clientes e, ao mesmo tempo, corre o risco de não recuperar os recursos emprestados aos bancos em dificuldade.

“Os R\$ 51,8 bilhões estimados correspondem, exclusivamente, às garantias a pagar nos casos do Master, Will Bank e Banco Pleno. Esse número não incorpora os empréstimos emergenciais concedidos às entidades do conglomerado”, afirma o especialista em direito bancário José Andrés Lopes da Costa, sócio do DCLC Advogados. “Quando a instituição quebra sem quitar esses empréstimos, o crédito da assistência se converte em inadimplência.”

O episódio reacende o debate sobre o desenho do sistema. Criado como entidade privada mantida pelos próprios bancos, o FGC tem a função principal de proteger depositantes e preservar a estabilidade financeira. Para Lopes da Costa, no entanto, a atuação como agente de assistência de liquidez amplia seu papel original. “Quando concede socorro a uma instituição que depois não honra o empréstimo,

Rovena Rosa/Agência Brasil



Na prática, o FGC enfrenta um duplo impacto, após liquidação do Banco Master e subsidiárias e reacende debate sobre o desenho do sistema



Esse custo tende a ser repassado ao mercado, com reflexos no preço do crédito”

José Andrés Lopes da Costa, especialista em direito tributário e sócio do DCLC Advogados

o fundo acaba socializando perdas privadas, exercendo na prática uma função de garantia pública implícita.”

Enquanto os desembolsos avançam, o impacto concreto já é expressivo. Segundo o balanço mais recente, divulgado na semana passada, o FGC já pagou R\$ 37,2 bilhões aos credores do Master, beneficiando cerca de 653 mil investidores.

Aportes antecipados

Para recompor o caixa e preservar a capacidade de resposta, cerca de 250 instituições associadas terão de reforçar as contribuições.

Um plano emergencial aprovado em fevereiro de 2026 prevê a antecipação de até sete anos de aportes futuros e a elevação temporária das alíquotas mensais.

Bancos de grande porte, como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, já iniciaram a antecipação de contribuições equivalentes a cinco ou sete anos. Segundo estimativas do setor, apenas para o Itaú Unibanco, o impacto pode chegar a cerca de R\$ 7 bilhões.

“Esse custo tende a ser repassado ao mercado, com reflexos no preço do crédito”, afirma Lopes da Costa. O aumento estrutural das contribuições pode reduzir margens, alterar estratégias de

expansão e encarecer a captação, especialmente para bancos médios que dependem da emissão de CDBs em plataformas digitais.

Há, ainda, preocupação com a sustentabilidade futura do fundo. Ao concentrar no presente receitas previstas para os próximos anos, o FGC recompõe liquidez no curto prazo, mas reduz sua margem de manobra diante de novos eventos relevantes antes de 2031. “Se houver outra liquidação de grande porte nesse intervalo, o fundo estará mais vulnerável”, diz o especialista.

Dimensão da crise

Na avaliação do advogado Vanderlei Garcia Jr., doutor em Direito Civil pela USP e sócio do VGJr Advogados Associados, a crise deve ser analisada sob três dimensões: regulatória, sistêmica e reputacional.

No eixo regulatório, ele vê sinais de fragilidades na governança corporativa e nos modelos de negócios de parte das instituições de

médio porte. “A sucessão de liquidações sugere problemas estruturais, especialmente em bancos com estratégias de captação mais agressivas”, afirma. Para ele, o episódio deve levar à revisão dos critérios de supervisão prudencial e monitoramento contínuo.

O impacto da crise também atinge o Banco de Brasília (BRB), que realizou negócios considerados problemáticos com o Banco Master e, hoje, é alvo de investigações. Diferentemente de instituições menores que orbitavam o Master, como o Banco Pleno, o BRB é um banco público tradicional, controlado pelo governo do Distrito Federal.

Segundo o Banco Central, o rombo estimado no BRB gira em torno de R\$ 5 bilhões, valor que pode crescer diante da demora na definição de um plano de recapitalização. Como acionista controlador, o governo distrital terá de aportar recursos para recompor o capital da instituição. A situação impõe pressão política ao governador Ibaneis Rocha (MDB), que

precisa apresentar uma solução para o banco sem postergar decisões por razões eleitorais.

O Governo do Distrito Federal (GDF) enviou, na sexta-feira, à Câmara Legislativa uma proposta para utilizar imóveis do governo distrital como garantia para capitalizar o BRB. Em entrevista ao **Correio**, o presidente do BRB, Nelson Antônio de Souza, demonstrou otimismo com o plano e disse acreditar que está confiante de que haverá demanda pelos imóveis que estão localizados em Brasília.

Efeito sistêmico

Sob a ótica sistêmica, Garcia Jr. afirma que não há indícios de colapso generalizado, mas reconhece aumento da percepção de risco. “A repetição de intervenções eleva o prêmio de risco para bancos médios, pressiona instrumentos de proteção como o FGC e pode encarecer o funding dessas instituições.” Ele considera plausível a elevação das contribuições para recompor o patrimônio do fundo. “Isso afeta custos, margens e pode repercutir no crédito ao consumidor”, complementa.

No campo reputacional, o impacto também é relevante. “O sistema financeiro é sustentado pela confiança. Mesmo sem risco sistêmico amplo, a percepção de instabilidade pode influenciar o comportamento de investidores e correntistas”, enfatiza.

Apesar do cenário desafiador, Garcia Jr. destaca que o sistema bancário brasileiro mantém elevado grau de regulação e capitalização. “Não há, até o momento, indicadores de contágio generalizado. O que se observa é um teste importante de resiliência institucional, que pode resultar em ajustes regulatórios e aperfeiçoamento dos mecanismos de controle.”

A percepção é de que a crise pode levar a mudanças importantes, como separar de forma mais clara a garantia de depósitos da ajuda emergencial aos bancos, reforçar a fiscalização e ajustar as contribuições de acordo com o risco de cada instituição. O desafio será manter esse movimento de melhoria mesmo depois que a tensão diminuir, para que essa situação deixe avanços duradouros na proteção dos depositantes e na estabilidade do sistema financeiro.

Mercado reduz projeção da Selic pela primeira vez no ano

Economistas do mercado financeiro revisaram para baixo, pela primeira vez no ano, as projeções para a taxa básica de juros. O movimento veio acompanhado de cortes nas estimativas de inflação e de juros para 2026, além de leve alta na previsão para o Produto Interno Bruto (PIB) e redução na expectativa para o dólar.

De acordo com o Boletim Focus, divulgado ontem pelo Banco Central (BC), a estimativa para a Selic ao fim de 2026 recuou de 12,25% para 12,13%. Para 2027, a estimativa foi mantida em 10,50%, enquanto as previsões para 2028 e 2029 permaneceram estáveis em 10,00% e 9,50%, respectivamente.

Para analistas, o dado mais significativo do relatório não está apenas no movimento das projeções,

mas no sinal embutido na trajetória dos juros para os próximos anos. Na avaliação, a mudança indica uma inflexão nas expectativas do mercado para o cenário de médio prazo.

“O ponto mais relevante desta divulgação, no entanto, foi a revisão da Selic ao fim de 2026, de 12,25% para 12,13%. Embora a magnitude pareça pequena, o sinal é importante, pois diz que o mercado começa a incorporar um ambiente estruturalmente menos pressionado para juros no horizonte médio, em linha com a sequência de revisões baixistas da inflação”, comentou Sidney Lima, Analista da Ouro Preto Investimentos.

No caso da inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao

Consumidor Amplo (IPCA), a projeção para 2026 recuou de 3,95% para 3,91%, na sétima semana consecutiva de queda. Para 2027, a estimativa foi mantida em 3,80%. As previsões para 2028 e 2029 também permaneceram estáveis, em 3,50%.

A nova rodada de projeções consolida a percepção de que o cenário inflacionário segue mais favorável e com expectativas mais bem ancoradas para os próximos anos. “As expectativas do mercado reforçam um cenário de maior controle inflacionário. O Focus desta semana aprofundou o movimento de reancoragem, com a projeção do IPCA para 2026 recuando pela sexta queda consecutiva”, destacou Lima, lembrando, ainda, que a projeção de inflação aproxima-se

do centro da meta, o que “reduz a probabilidade de manutenção de juros excessivamente restritivos por período prolongado”, prosseguiu.

PIB e dólar

Para o crescimento da economia brasileira, a projeção do PIB em 2026 subiu de 1,80% para 1,82%, na primeira alta após semanas de estabilidade. Para 2027, a estimativa foi mantida em 1,80%. Já para 2028 e 2029, a mediana permaneceu em 2,00%.

Segundo Peterson Rizzo, gerente de R.I da Multiplike, a leve revisão positiva do PIB não altera a dinâmica de crescimento moderado, nem impede o início esperado dos cortes de juros nas próximas

reuniões do Copom. “A combinação de inflação mais baixa, perspectiva de redução gradual da Selic e cenário externo mais favorável cria um ambiente propício à expansão do crédito estruturado, especialmente em operações de prazo mais longo”, avaliou.

No câmbio, a estimativa para o dólar ao fim de 2026 recuou de R\$ 5,50 para R\$ 5,45. Para 2027 e 2028, a projeção foi mantida em R\$ 5,50. Já para 2029, houve leve alta, de R\$ 5,51 para R\$ 5,52.

Rizzo ponderou que a dinâmica do câmbio também é um fator relevante na formação das expectativas de inflação. “A recente valorização do real e a reversão do tarificação também contribuem para aliviar as expectativas de pressões inflacionárias.” (RG)



O mercado começa a incorporar um ambiente estruturalmente menos pressionado para juros no horizonte médio, em linha com a sequência de revisões baixistas da inflação”

Sidney Lima, Analista da Ouro Preto Investimentos